



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DIREITO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE OS ESPAÇOS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Quéren Samai Moraes Santana

FGV Direito SP

queren_samai@hotmail.com

Resumo

A docência possui um papel central no ensino jurídico, visto que, através dela, os discentes entram em contato com os conteúdos e passam a refletir sobre o objeto estudado. Contudo, historicamente, essa profissão é apontada como parte integral dos problemas da educação jurídica, em razão da utilização de métodos de ensino que limitam a formação crítica e interdisciplinar dos profissionais jurídicos (Oliveira, 2004, p. 102; Faria, 1987, p. 37). Esse panorama aponta para fragilidades na formação para a docência em Direito, que, muitas vezes, sequer é considerada como profissão jurídica (Pimenta; Anastasiou, 2005, p. 35; Musse; Freitas Filho, 2015, p. 185).

A legislação educacional brasileira atribui à pós-graduação a formação de professores para o magistério superior, prioritariamente aos cursos de mestrado e doutorado, inclusive para as áreas de conhecimento que não possuem licenciatura em nível de graduação, como é o caso dos cursos de Direito. No entanto, estudos vêm demonstrando uma priorização das atividades de formação de pesquisadores no âmbito dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Forte; Angelo, 2022, p. 10; Alves *et al.*, 2019, p. 3).

Face à importância da profissão docente no ensino jurídico, este trabalho tem como objetivo apresentar parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado que visa compreender os desenhos institucionais dos espaços de formação para a docência nos programas de pós-graduação *stricto sensu* de natureza acadêmica em Direito no Brasil (Santana, 2024). Mais especificamente, objetiva-se identificar os espaços de iniciação à docência nos PPGDs brasileiros e comparar seus aspectos jurídico-institucionais.

A fim de alcançar o objetivo proposto, definiu-se como objetos da pesquisa os programas de pós-graduação *stricto sensu* de natureza acadêmica (PPGDs), que possuem cursos de doutorado em sua estrutura. Assim, a pesquisa abrangeu 55 PPGDs, os quais foram

identificados a partir da Plataforma Sucupira, sítio eletrônico que disponibiliza informações sobre os programas de pós-graduação brasileiros (Brasil, 2024).

A pesquisa adotou o método da análise documental, acerca dos regimentos internos e das resoluções específicas dos espaços de formação docente dos PPGDs brasileiros. Os documentos foram coletados por meio da busca nos *sites* institucionais de cada programa, bem como de pedidos direcionados às coordenações de cada PPGD por meio dos endereços de e-mail. Para a análise dos documentos, foi adotado o método de análise de conteúdo (Bardin, 2016, p. 37), por meio do qual o material coletado foi categorizado e classificado.

Ao adentrar na análise dos documentos coletados, inicialmente, destaca-se a existência de espaços de formação para a docência nos PPGDs. Dentre os 52 cursos analisados, 49 programas preveem a existência de espaços de iniciação à docência, o que representa 94% dos PPGDs brasileiros que possuem cursos de doutorado. Esses espaços são estruturados em formatos diversos, sendo 45 como estágios de docência e cinco como disciplinas, sendo que três programas adotam, simultaneamente, o estágio e a disciplina. Além disso, outros dois PPGDs preveem estruturas distintas.

Acerca dos programas que preveem disciplinas, percebe-se que quatro delas são articuladas com conteúdos voltados à pesquisa. Demonstra-se, assim, uma priorização das atividades práticas de formação docente pelos PPGDs brasileiros. Esse resultado pode ser compreendido como um reflexo da determinação da CAPES acerca da realização do estágio de docência pelos bolsistas da agência (Brasil, 1999).

Com relação à obrigatoriedade do desenvolvimento do estágio de docência, 22 PPGDs preveem a atividade como obrigatória para bolsistas. Por outro lado, nove PPGDs apontam a atividade como obrigatória para todos os discentes, seis preveem como obrigatória para os doutorandos, um para os mestrandos e outros nove dispõem expressamente sobre o caráter facultativo do estágio.

Outro elemento identificado nas normas refere-se à possibilidade de desobrigação da realização do estágio durante o curso, aqui, naqueles em que for prevista a sua obrigatoriedade. Dentre os 45 programas que possuem o estágio de docência, 13 preveem formas de não o realizar. A condição mais utilizada pelas IES é a atuação prévia como professor no ensino superior, citada por oito programas. Em seguida, consta a anterior realização da atividade durante o mestrado ou em outra IES, critério citado por quatro

programas; a realização de atividades de apoio à Coordenação do PPGD, disposto por um programa; e a publicação em periódicos avaliados em A1 ou A2, também citado por um programa.

Os dados coletados no estudo demonstram que, apesar de haver uma quantidade significativa de PPGDs com atividades de iniciação à docência em seus currículos, os espaços de formação para a docência não estão presentes em todos os PPGDs brasileiros. Esse dado ganha maior destaque quando observados os critérios de obrigatoriedade e condições de dispensa, além do número de discentes titulados por cada PPGD. Isso porque, em que pese 94% dos PPGDs com cursos de doutorado instituírem espaços de iniciação à docência, apenas 14,47% dos discentes vinculados a estes programas titulados em 2023 tiveram como requisito para sua formação a realização de atividades nestes espaços.

Nesse sentido, as condições de dispensa destacam-se como elementos centrais na análise dos desenhos institucionais dos espaços de iniciação à docência. Dentre as condições previstas, a atuação prévia como professor no ensino superior é evidenciada, remetendo à compreensão de que a formação para a docência em Direito se dá na prática profissional, não exigindo formação específica para tanto.

Nota-se, assim, fragilidades com relação ao alcance da disposição normativa prevista na LDB, que institui os cursos de mestrado e doutorado como espaços de formação para a docência. No caso dos cursos jurídicos, percebe-se que, embora haja previsão expressa da existência desses espaços pela maior parte dos PPGDs, esta não é suficiente para que alcancem todos os mestrandos e doutorandos em Direito, tendo em vistas múltiplas normas que tratam acerca da obrigatoriedade de realização das atividades, bem como de suas condições de dispensa. Assim, esse quadro reflete uma compreensão institucional dos PPGDs brasileiros segundo a qual a profissão docente no ensino jurídico dispensa formação profissional específica para o seu exercício.

Palavras-chave: Formação de professores. Docência em Direito. Estágio de docência.

Referências

ALVES, L. R. *et al.* Reflexões sobre a formação docente na pós-graduação. **Escola Anna Nery**, v. 23, n. 3, p. 01-07, 2019. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/ean/a/967Qvd3yK3HVBkH495xZqDv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Circular nº 28, de 26 de fevereiro de 1999**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 1999.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

FARIA, José Eduardo. **A reforma do Ensino Jurídico**. Porto Alegre: Fabris, 1987.

FORTE, Joannes Paulus Silva; ANGELO, Jordi Othon. Formação docente à deriva: a preparação para o magistério superior em programas de pós-graduação em Direito no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. e237253, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sqWqm7tpft34nNPZTkDRRwK/#>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MUSSE, Luciana Barbosa; FREITAS FILHO, Roberto. Docência em Direito no Brasil: uma carreira profissional? **Revista Jurídica da Presidência**, v. 17, n. 11, 2015, p. 173-203. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1112/1098>. Acesso em: 28 abr. 2025.

OLIVEIRA, André Macedo de. **Ensino Jurídico: Diálogo entre teoria e prática**. Porto Alegre: Fabris, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças. **Docência no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTANA, Quéren Samai Moraes. **Ensino jurídico no Brasil: um olhar sobre o desenho institucional dos espaços de iniciação à docência em Direito**. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/b0abf9ff-442c-4096-aa83-3d8b9b0ff2ce>. Acesso em: 28 abr. 2025.